

INDÚSTRIA

O "sucesso" da política econômica*

*Flávio Benevett Fligenspan***

O aparente sucesso da política econômica recessiva implementada pelo Governo Collor tem tomado bastante espaço nos meios de comunicação em geral e tem dividido — como de costume — a opinião dos economistas, alguns apoiando a noção de estabilidade-confiança, que tem mantido a inflação em patamares pré-explosivos, mesmo às custas de uma brutal recessão, e outros cobrando um custo social menor num país que não dispõe de estrutura institucional para suportar um nível de desemprego tão alto.

Do primeiro grupo, fazem parte economistas mais conservadores, descrentes do êxito dos sucessivos choques dos últimos anos. Evidentemente, granjeiam apoio de parte do empresariado que há anos exige maior estabilidade da política econômica, no sentido de poder projetar melhor suas decisões. Por outro lado, um grupo amplo e heterogêneo de economistas de vários partidos políticos e de formações díspares questiona o sucesso da manutenção de taxas de inflação extremamente altas, conjugadas com níveis também elevados de desemprego.

Com efeito, diante desse quadro, de arrocho salarial e de um sistema de indexação seletivo, no qual somente alguns setores têm direito de se proteger plenamente de uma inflação acima dos 20% ao mês, é difícil considerar exitosa uma política que tem como maior mérito evitar a hiperinflação.

Os resultados finais da indústria brasileira em 1991

A produção industrial brasileira, que começou o ano com níveis muito baixos de atividade e mostrou uma recuperação ao longo do segundo trimestre, chegou a dezembro com um desempenho anual negativo (-0,55%). Esse resultado torna-se mais grave quando é avaliado junto ao do ano anterior (-9,48%), acumulando uma redução de 9,98% na produção industrial, ao longo dos dois primeiros anos do Governo Collor.

Por sua vez, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) informou uma redução na variável total do pessoal ocupado de 8% em 1991, mostrando um forte ajuste das empresas pelo lado do emprego, o que representou um aumento de produtividade da mão-de-obra. A face mais dramática dessa forma de ajuste é a

* Este texto, elaborado com informações disponíveis até 06.04.92, contou com a colaboração dos estagiários da FEE André Passos Cordeiro e João Cláudio Braga Júnior.

demissão de profissionais especializados e de idade mais avançada, os considerados chefes de família. Quando as demissões atingem essas categorias, isso significa que já foram desempregados os trabalhadores menos qualificados e que as empresas ultrapassaram o limite de suportabilidade da recessão. São dois os aspectos que sustentam essa afirmação. Por um lado, deve-se ter presente que a recessão anterior (1981-83) ensinou quanto custa a recontração e o retreinamento de pessoal qualificado, e, por outro, a Constituição de 1988 tornou mais onerosa a demissão. É por isso que, de acordo com a Tabela 1, as demissões no ano de 1990 não foram tão intensas quanto a queda da produção, ou seja, as empresas tiveram um pouco mais de cautela nas dispensas de pessoal, o que transferiu para 1991 essas decisões, já que perdurou a recessão.

Tabela 1

Taxas de crescimento anuais da produção industrial, por categorias de uso, e do emprego industrial — 1981/91

	(%)										
DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Bens de capital ...	-19,43	-14,88	-19,33	4,71	12,24	21,61	-1,20	-2,06	0,40	-15,27	-9,99
Bens intermediários	-11,13	2,53	-2,96	10,25	7,25	8,48	1,09	-2,12	2,59	-8,76	1,35
Bens de consumo ...	-3,90	3,15	-3,94	0,16	9,17	10,96	0,20	-3,52	3,71	-5,46	-0,04
Bens de consumo duráveis	-24,94	7,97	-0,83	-7,49	15,08	20,41	-5,44	0,60	2,41	-5,80	4,70
Bens de consumo não duráveis	1,15	2,14	-4,63	1,91	7,93	8,84	1,60	-4,48	4,03	-5,38	-1,17
Total da indústria de transformação	-10,38	-0,41	-6,09	5,09	8,35	11,30	0,98	-3,42	2,98	-9,48	-0,55
Emprego na indústria de transformação	-9,82	-0,56	-6,82	5,73	8,96	11,01	-4,07	-0,40	1,04	-2,10	-8,00

FONTE: IBGE (produção).

PINTO, Maria das Graças Parente (1991). Banco de dados estatísticos. Brasília, MTPS/Secretaria Nacional de Trabalho. p.33 (emprego 1981-88).

FIESP (emprego 1989-91).

Quanto ao desempenho das categorias de uso (Tabela 1), chama atenção a queda da produção de bens de capital (-9,99%), não tanto por ser uma taxa negativa, o que é normal em períodos como o atual, mas pelo fato de se sobrepor a uma taxa de -15,27% em 1990.

Por sua vez, destaca-se positivamente a categoria de bens de consumo duráveis, com expansão da produção de 4,70%. Através da decomposição dessa taxa, é possível observar como a recessão se abate diferenciadamente sobre os rendimentos e sobre a estrutura de consumo das várias classes de consumidores, pois os automóveis, destinados a atender à demanda de maior poder aquisitivo, tiveram expansão de

8,40%¹, enquanto os eletrodomésticos em geral terminaram o ano de 1991 com taxas negativas ou próximas de zero; ou seja, esse é um indicador de um provável rearranjo de participações relativas na renda nacional, o que favorece as camadas mais privilegiadas, mesmo — ou especialmente — durante a recessão.

A recessão do Governo Collor

A verificação de taxas negativas para a maioria dos indicadores industriais referidos na Tabela 1 durante os dois primeiros anos do Governo Collor, que, apesar da mudança de orientação com a troca da equipe econômica em meados de 1991, mantém a opção preferencial pela recessão, sugere uma análise do biênio 1990-91. A Tabela 2, que segmenta os últimos 11 anos em períodos selecionados, exhibe taxas negativas para a produção do total da indústria de transformação, para todas as suas categorias de uso e para o total do emprego industrial no biênio 1990-91.

Tabela 2

Taxas de crescimento da produção industrial, por categorias de uso, e do emprego industrial, acumuladas em períodos selecionados — 1981-1991

	(%)						
DISCRIMINAÇÃO	1981-83	1984-86	1987-89	1990-91	1981-89	1987-91	1981-91
Bens de capital	-44,68	42,92	-2,84	-22,91	-23,79	-27,91	-41,41
Bens intermediários	-11,58	28,27	1,51	-7,53	15,13	-6,13	6,46
Bens de consumo	-4,78	21,33	0,26	-5,50	15,83	-3,88	9,35
Bens de consumo duráveis ...	-19,63	28,19	-2,58	-1,37	-0,83	-3,92	-1,01
Bens de consumo não duráveis	-1,47	19,71	0,96	-6,49	19,08	-5,49	11,36
Total da indústria de transformação	-16,18	27,93	0,43	-9,98	7,72	-9,59	3,36
Emprego na indústria de transformação	-16,44	27,89	-3,46	-9,93	3,17	-13,05	-7,08

FONTE: Tabela 1.

¹ Deve-se observar que esse incremento está ligado ao mercado interno, pois as exportações de automóveis caíram em 1991.

Destacam-se, principalmente, as taxas de -22,91% na produção de bens de capital e de -6,49% para a categoria de bens de consumo não duráveis. Ambas são indicadores bastante fortes da crise atual, a primeira em relação às intenções de investimento e a segunda como manifestação de um duplo fenômeno, qual seja, quem não perdeu o emprego teve seu salário archoado no período. Efetivamente, de janeiro de 1990 — quando as empresas começaram a se preparar para o Governo Collor, dispensando pessoal (Fligenspan, 1990) — até março de 1991, ocorreram aproximadamente 450 mil demissões na indústria paulista. Por outro lado, qualquer que seja a forma de cálculo e tomando como referência os estudos de qualquer instituição, observa-se queda dos salários reais. São sintomáticos vários acordos recentes entre empresas e trabalhadores no sentido de garantir o emprego em troca de formas diversas de reajustes parciais ou mesmo congelamento de salários, a ponto de trazer um novo tipo de discussão para o movimento sindical.

Voltando à Tabela 2, é importante realçar também a queda de quase 10%, tanto da produção como do emprego da indústria de transformação no biênio 1990-91. Além de serem relevantes em si, essas taxas ainda sofrem o agravante de ocorrerem após a década de 80, isto é, terem como referência um período de pequeno crescimento econômico, que também começou com uma forte recessão (1981-83). A esse propósito, é interessante construir, ainda que rapidamente, um panorama geral das taxas de crescimento desses 11 anos de crise da economia brasileira, o que permite uma visão mais ampla de alguns ajustes que ocorreram.

O período 1981-91

Contando novamente com o auxílio das Tabelas 1 e 2, nota-se que o período em estudo inicia com uma recessão de três anos, levando as taxas de crescimento da produção e do emprego industriais para a casa dos -16%. Nesse sentido, isto é, sob a análise fria das taxas de crescimento, a recessão atual (1990-91) pareceria mais branda que a do início da década de 80. Mas esse tipo de comparação não é o mais apropriado, pois induz ao erro de não se considerar sobre que base estão sendo calculadas essas taxas de crescimento, isto é, partindo-se de períodos — anteriores às recessões — diferentes, as comparações simples das taxas não são legítimas. Assim, as quedas de quase 10% da produção e do emprego no biênio 1990-91 devem ser interpretadas tendo como ponto de partida acréscimos pouco expressivos — 7,72% e 3,17% respectivamente — no período de 1981 a 1989.

Apesar de positivos, esses acréscimos merecem pelo menos duas qualificações de forte impacto social. A primeira é que ambos são bem menores que o crescimento populacional do período, e a segunda, ainda mais dramática, é que a produção cresceu mais que o emprego, mostrando um ajuste das empresas via aumento de produtividade da mão-de-obra.² Se, para evitar os problemas com as bases de comparação, se

² Examinando-se os períodos selecionados da Tabela 2, é fácil perceber que esse ajuste se deu com maior intensidade entre 1987 e 1989.

avaliarem os níveis absolutos de produção em 1980, antes da recessão, e em 1991, conclui-se que mais de uma década depois a produção absoluta é aproximadamente 3% menor.³ Adicionalmente, a FIESP informa que de dezembro de 1980 a março de 1991, o quadro de pessoal caiu 23,15% (G.M., 12.3.92, p. 15).

O período de três anos que se segue à recessão de 1981-83 é de expansão de todos os indicadores. As taxas foram ascendentes ao longo do tempo, primeiramente baseando-se no incremento das exportações e depois na ampliação do mercado interno, via melhoria dos salários reais e congelamento de preços. Porém não houve sustentação desse crescimento, e o triênio 1987-89 voltou a apresentar taxas negativas ou muito próximas de zero, a ponto de se poder considerá-lo, junto com o biênio 1990-91, como um único período recessivo.

Fundo do poço?

Os resultados positivos do mês de fevereiro de 1992, divulgados pela FIESP no final de março, trouxeram novamente a questão: teria ou não se atingido o fundo do poço da recessão? Os empresários da entidade foram extremamente cautelosos em relação à resposta, apontando, inclusive, alguma possibilidade de distorção referente ao atípico mês de fevereiro de 1992, sem carnaval e, portanto, com mais dias úteis que o usual. Na medida em que ainda não se dispõe de indicadores mais abrangentes sobre o funcionamento de curto prazo da economia brasileira, é impossível fazer qualquer afirmativa nesse sentido. Porém chama atenção nos números da FIESP o fato de que, nos últimos 12 meses até o início de março, ocorreram 112 mil demissões e que mais de 60 mil delas se deram somente no ano de 1992, ultrapassando as expectativas mais negativas.

O mau desempenho da indústria gaúcha

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul encerrou o ano de 1991 com uma queda de 4,6% na produção, resultado muito ruim, tanto mais quando se leva em conta que o ano anterior, tomado como base de comparação, também foi de baixos níveis de produção. A queda acumulada nos dois anos do Governo Collor foi de 15,24%. Em relação ao ano de 1991, alguns gêneros destacam-se negativamente, tanto pela queda da produção em si como pela expressão que têm na estrutura industrial do Estado. São eles: mecânica; material de transporte; química; e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com taxas de -16,80%, -23,71%, -15,34% e -10,61% respectivamente. No caso de mecânica e em boa parte de química, houve influência do mau desempenho da safra agrícola 1990/91, o que tornou a demanda por máquinas

³ Comparando o ano de 1981, já de recessão, com 1991, há um incremento de pouco mais de 8% na produção.

agrícolas e adubos e fertilizantes bastante fraca. Já pelo lado dos destaques positivos, aparecem os gêneros perfumaria, sabões e velas; produtos alimentares; e bebidas, com taxas de, respectivamente, 13,95%, 11,05% e 13,53%. Deve-se alertar que, assim, eles mais do que recuperam as perdas de 1990.

No que se refere às oscilações da produção ao longo do ano, a indústria gaúcha apresentou um movimento muito semelhante ao da brasileira; começou 1991 ainda vivendo a forte recessão do ano anterior, mostrou alguma reação por três a quatro meses a partir de março, mas não teve sustentação e voltou a patamares baixos no segundo semestre.

As diferenças nos números

Tal como em anos anteriores, 1991 também apresentou uma diferença significativa entre os números da produção industrial gaúcha pesquisados pelo IBGE e o Índice de Desempenho Industrial (IDI), da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Com efeito, de uma queda na produção física de 4,6%, detectada pelo IBGE, chega-se a um IDI positivo de 0,51. Cumpre lembrar, mais uma vez, que a disparidade de resultados é plenamente justificável pelas diferenças metodológicas existentes na construção de ambos indicadores. O da FIERGS é composto por quatro variáveis, sendo três delas de expressão monetária — compras, vendas e salário médio — que, como tal, devem sofrer um tratamento de ajuste para retirada do efeito da inflação. A quarta variável é pessoal ocupado. Compras e vendas tiveram resultados positivos em 1991, porém próximos de zero, e o salário médio elevou-se em 5,11%, justamente um ano de forte arrocho salarial. A explicação dada pela entidade para essa aparente contradição relaciona-se à quarta variável, pois, com uma forte dispensa de pessoal (-9,66%) e considerando-se que a maior parte das demissões se dá nos segmentos de salários mais baixos, a média salarial tende a subir.

Por sua vez, o indicador de produção física do IBGE, tal como o nome diz, envolve somente uma variável, a qual não é distorcida por movimentos de preços.

A expectativa para 1992

O ano de 1992 promete para a indústria do Rio Grande do Sul um desempenho melhor que o do ano anterior em termos das taxas de crescimento. Isso se deve ao efeito positivo que a safra agrícola 1991/92 deve causar e a uma questão puramente estatística, qual seja, a base de comparação para avaliar o crescimento está suficientemente deprimida. Considerando-se que os percentuais médios de utilização da capacidade instalada oscilavam, no final do ano anterior e no início deste, em torno de

⁴ Observe-se que a explicação da FIERGS não corresponde plenamente à da FIESP, comentada no início do texto.

60%, é possível afirmar que há uma estrutura produtiva montada à espera de um estímulo para produzir bons efeitos. No entanto deve-se ter claro que esse incentivo não virá de uma mudança na orientação geral da política econômica recessiva do Governo Collor.

Bibliografia

FLIGENSPAN, Flávio Benevett (1990). A indústria adapta-se ao Plano. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 18(2):26-34.

GAZETA MERCANTIL (12.3.92). São Paulo. p.15.

PINTO, Maria das Graças Parente (1991). **Banco de dados estatísticos**. Brasília, MTPS/Secretaria Nacional do Trabalho.